

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Disciplina Jurídica da Flora Brasileira	15
1.1. Conceito de flora e floresta.....	15
1.2. Natureza jurídica da flora	21
1.2.1. Flora como um elemento do meio ambiente natural	21
1.2.2. Natureza jurídica do meio ambiente ecologicamente equilibrado....	24
1.2.2.1. Bem ambiental com natureza jurídica diversa de bem público	26
1.2.2.2. Bem ambiental com natureza jurídica de bem público	28
1.2.2.3. Natureza jurídica do bem ambiental	34
1.2.3. Conclusão quanto à natureza jurídica da flora.....	39
1.3. Evolução histórica da tutela legal do patrimônio florestal.....	40
1.4. Bloco normativo de tutela do patrimônio florestal.....	48
1.5. Classificação das florestas e demais formas de vegetação brasileiras	53
1.5.1. Classificação técnica.....	53
1.5.2. Classificações jurídicas legais e doutrinárias.....	56
1.6. Competências em matéria florestal	63
1.7. Instrumentos de proteção da flora previstos na legislação	66
1.7.1. Da proteção de um elemento do ecossistema para a proteção dos biomas.....	66
1.7.2. Espaços territoriais especialmente protegidos.....	68
1.7.3. Área de preservação permanente.....	71
1.7.3.1. Conceito legal e evolução da disciplina no Código Florestal..	71
1.7.3.2. Tipologia das áreas de preservação permanente	73

1.7.3.3. Normas regulamentares e a supressão total ou parcial da área de preservação permanente.....	77
1.7.3.4. Área de preservação permanente: características e principais discussões	80
1.7.4. Reserva florestal.....	92
1.7.5. Servidão florestal e cota de reserva florestal	103
1.7.6. Área de inclinação média	107
1.7.7. Proibição individualizada de corte.....	109
1.7.8. Unidades de conservação.....	112
1.7.8.1. Conceito e evolução.....	112
1.7.8.2. Categorias de unidades de conservação.....	115
1.7.8.3. Criação, modificação, funcionamento e extinção de unidades de conservação.....	122
1.7.8.4. Outras formas de proteção da flora	127
1.7.8.4.1 Reserva da biosfera.....	127
1.7.8.4.2 Ilhas oceânicas, lacustres e de rios	128
1.7.8.4.3 Hortos florestais	129
1.7.8.4.4 Jardins zoológicos	130
1.7.8.4.5 Paralelograma de cobertura florestal.....	130
1.7.8.4.6 Zona de preservação da vida silvestre	131
1.7.8.4.7 Áreas especiais de interesse turístico e locais de interesse turístico	132
1.8. Usos da floresta e formações sucessoras.....	132
1.8.1. Regime de manejo florestal sustentável	135
1.8.2. Regime de supressão a corte raso de florestas e formações sucessoras para uso alternativo do solo	136
1.8.3. Utilização de matéria-prima florestal e obrigação de reposição florestal.....	136

CAPÍTULO 2

Delineamento das Concessões.....	139
2.1. Considerações sobre a concessão em sentido amplo.....	139
2.2. Classificações de concessão	144

2.3. Semelhanças entre as concessões de serviço público e de uso de bem público.....	149
2.4. Diferenças entre as concessões de serviço público e de uso de bem público.....	161
2.5. Breve comparação da concessão florestal com as demais modalidades....	168

CAPÍTULO 3

Florestas Públicas no Mundo.....	173
3.1. Anotações sobre a gestão de florestas públicas no mundo	173
3.2. Antecedentes e marco regulatório da gestão de florestas públicas brasileiras.....	187
3.3. Princípios da gestão das florestas públicas para produção sustentável.....	195

CAPÍTULO 4

Gestão das Florestas Públicas	201
4.1. Considerações iniciais.....	201
4.2. Gestão direta da Floresta Nacional, Estadual e Municipal.....	203
4.3. Gestão pela outorga da exploração da floresta pública a comunidades locais	208
4.3.1. Conceito de comunidades locais.....	208
4.3.2. Criação de reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável.....	212
4.3.3. Concessões de uso para projetos de assentamento florestal e de outras naturezas	220
4.3.4. Outras formas de outorga às comunidades locais.....	221
4.3.5. Concessão florestal para comunidades locais.....	223
4.4. Concessão florestal.....	226

CAPÍTULO 5

Concessão Florestal	227
5.1. Delimitação do conceito e natureza jurídica da concessão florestal.....	227
5.2. Medidas prévias à licitação para concessão florestal	235
5.2.1. Formação do Cadastro Nacional de Florestas Públicas - CNFP	239

5.2.2. Elaboração de Plano Anual de Outorga Florestal - PAOF	244
5.2.3. Licenciamento ambiental.....	252
5.3. Autorização legislativa prévia	263
5.3.1. Autorização legislativa na transferência de propriedade de bens públicos	264
5.3.2. Autorização legislativa na concessão de uso de bens públicos.....	266
5.3.3. Autorização legislativa do Congresso Nacional	269
5.4. Procedimento da licitação para concessão florestal	274
5.4.1. Fase de publicação do edital.....	277
5.4.1.1. Disponibilização na rede mundial de computadores.....	278
5.4.1.2. Direito a informação e acesso aos documentos da licitação ..	278
5.4.1.3. Audiência pública obrigatória	279
5.4.1.4. Manifestação técnica de conveniência da concessão florestal....	284
5.4.1.5. Florestas públicas elegíveis à concessão florestal	286
5.4.1.6. Modalidade de licitação e impossibilidade de declaração de inexigibilidade	287
5.4.1.7. Prazo de publicação do aviso do edital.....	290
5.4.1.8. Local de realização dos atos da licitação.....	291
5.4.1.9. Requisitos mínimos do edital	292
5.4.1.10. Universo de licitantes	302
5.4.2. Fase de habilitação	309
5.4.3. Fase de classificação das propostas e julgamento.....	310
5.5. Regramento do contrato de concessão florestal	314
5.5.1. Prévia existência do Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS ..	314
5.5.2. Cláusulas obrigatórias do termo contratual.....	315
5.5.3. Direitos e obrigações do concessionário.....	320
5.5.4. Prazo da concessão florestal	325
5.5.5. Regime econômico e financeiro da concessão florestal	328
5.5.5.1. Formação do preço florestal	328
5.5.5.2. Reajuste do preço florestal	334
5.5.5.3. Fixação de bônus.....	335
5.5.5.4. Inadimplência do preço florestal	335

5.5.5.5. Salvaguardas da concorrência.....	336
5.5.5.6. Financiamento garantido por direitos emergentes.....	338
5.5.6. Gestão do contrato de concessão florestal.....	339
5.5.7. Extinção da concessão florestal.....	342
5.6. Fundo e repartição de receitas.....	349
5.6.1. Repartição de receitas da concessão florestal.....	349
5.6.2. Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF.....	351
5.6.3. Considerações finais.....	353
REFERÊNCIAS.....	359
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO.....	367